



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

**PREGÃO (ELETRÔNICO) OBJETIVANDO Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos e Utilitários sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atendimento das demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.**

### PREÂMBULO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2022**

**PROCESSO nº 87/2022**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 10/06/2022**

- Recebimento das Propostas e documentação até às 10:00h do dia: 10/06/2022
- Abertura da Sessão de lances: 10h:40min no dia: 10/06/2022
- Formalização de Consultas: 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para encerramento da etapa de credenciamento, e-mail: [comprasclcf@gmail.com](mailto:comprasclcf@gmail.com);
- Problemas com conexão e/ou dúvidas sobre o “Portal de Compras Caixa”, telefone para 0800-7260104;
- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF);

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) “Acesso no link – Portal de Compras”.

## 1 - INTRODUÇÃO

1.1 A Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, através do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 2.060/2022, comunica aos interessados que fará realizar no dia **10/06/2022** às 10:00 horas, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo menor preço por ITEM, para Registro de Preços para a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos e Utilitários** sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atendimento das demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, conforme as especificações contidas no Termo de Referência do Edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/2006, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 5926/2018 e Decreto Municipal nº 6.279/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada através do Portal de Compras da Caixa Econômica Federal, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O edital se encontra disponível no Portal de licitações da Caixa, no seguinte endereço eletrônico: [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 03 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, em campo específico no portal de licitações da CAIXA, e facultativamente, através do endereço eletrônico: [comprasclcf@gmail.com](mailto:comprasclcf@gmail.com).

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois), dias úteis, conforme art. 23, do decreto federal nº 10.024/2019, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 03 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, conforme art. 24 do decreto federal nº 10.024/2019 e art. 23 do Decreto Municipal nº 6.279/2020, na forma indicada no item 1.5.

1.6.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, com base no art. 24, § 1º do decreto Federal nº 10.024/2019 e no art. 23, § 1º do decreto Municipal nº 6.279/2020.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados na página eletrônica do Portal de Compras da Caixa Econômica Federal, no campo específico para mensagens do sistema eletrônico, ficando as empresas interessadas em participar do certame, que não adquiriram o Edital no mencionado órgão, obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

## 2 - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos e Utilitários** sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atendimento das demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, conforme as especificações contidas no Termo de Referência do Edital, com validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme descrito e especificado no ANEXO I – Termo de Referência.

2.2 O objeto será executado segundo o regime de execução de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

2.3 Quadro Descritivo, quantitativos e valores estimados do objeto estão especificados no sub item 4.2 do presente Edital.

## 3 - DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Fase/Etapa	Dia	Mês	Ano	Horário
Limite do Credenciamento	10	Junho	2022	09:00 horas
Limite de acolhimento das Propostas e documentação	10	Junho	2022	10:00 horas
Início da Fase de Lances	10	Junho	2022	10:40 horas

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

## 4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos necessários à realização do fornecimento ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária ou posterior:

**Previsão Orçamentária:**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF**

**PROJETO ATIVIDADE: 15.452.0043.2211 – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.**



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

4.2 Cumpre informar que o custo desta despesa não poderá ultrapassar o valores estimados dos itens, **conforme descrito abaixo:**

Item	Un	Qtd	Descrição	Média valor unitário	Média valor mensal	Média valor anual
1	UN	25	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES ADESIVADO;	R\$ 4.982,50	R\$ 124.562,50	R\$ 1.494.750,00
2	UN	02	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN;	R\$ 4.887,50	R\$ 9.775,00	R\$ 117.300,00
3	UN	03	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCH COM 04 (QUATRO) PORTAS;	R\$ 4.012,50	R\$ 12.037,50	R\$ 144.450,00
4	UN	02	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE DUPLA COM 04 (QUATRO) PORTAS;	R\$ 7.832,50	R\$ 15.665,00	R\$ 187.980,00
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>						<b>R\$ 162.040,00</b>
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>						<b>R\$ 1.944.480,00</b>

4.3 Havendo discrepâncias constantes na descrição, quantitativo, unidades e valores unitários, **entre o Edital e o Portal da Caixa Econômica Federal**, prevalecerão as descrições, quantitativos, unidades e valores constantes no Edital, no item 4.2.

### 5 - TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

### 6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

#### 6.2 Não serão admitidas na licitação:

- a) As empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7.º da Lei n.º 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;
- b) Pessoas jurídicas que contenham no seu contrato social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;
- c) Pessoas jurídicas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- d) Pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93;
- e) Pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios quaisquer pessoas ligadas a integrantes dos Poderes Executivo ou Legislativo do Município de Cabo Frio/RJ por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006.

### 7 - CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao provedor do sistema na página eletrônica do Portal de Compras da Caixa Econômica Federal.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.2.1 O licitante deverá dirigir-se ao provedor do sistema e solicitar seu registro, fornecendo todos os documentos que forem por ele solicitados.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

### 8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO.

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao sistema eletrônico, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da **proposta de preços e da documentação de habilitação**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras da Caixa Econômica Federal, no período compreendido entre a **data de início e de Limite do acolhimento das propostas e documentação (conforme item 3.1)**.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Ao participar do pregão eletrônico, o licitante manifesta o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.4 Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### 9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Após o credenciamento, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação digitalizados, exigidos no item 12 do edital**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 A Proposta deve ser anexada em ARQUIVO ÚNICO, contendo todas as informações necessárias, conforme Modelo de Proposta de Preço (ANEXO VII), com tamanho limitado a 8 Mb (megabytes).

9.1.3 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas as que contenham a descrição do objeto, valor e eventuais anexos, que estarão disponíveis na internet.

9.2 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.3 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

9.4 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

9.5 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.6 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da COMSERCAF, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

9.7 Verificados os valores iniciais propostos em conformidade com o objeto da licitação, estimativa de custo oficial e valores praticados no mercado, o Pregoeiro decidirá, motivadamente, sobre sua aceitabilidade.

9.8 As propostas formuladas para cada item terão sua admissibilidade analisada com base nos custos unitários constantes no Item 4.2 deste Edital.

9.9 As propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no item anterior serão desclassificadas.

9.10 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.11 O valor indicado no item 4.2 é o valor máximo que a Autarquia se propõe a pagar para o atendimento do objeto do presente edital.

9.12 Excepcionalmente poderão ser classificadas para lance propostas cujos valores se manifestem superiores aos valores informados no Relatório Consolidado de Preços Referenciais de Mercado desde que a sua desclassificação enseje o fracasso do certame.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

9.13 Para os casos em que o Relatório Consolidado de Preços Referenciais de Mercado, ou a nomenclatura adotada à época, tenha sido elaborado há mais de 180 (cento e oitenta) dias da data de realização do certame, a aceitabilidade das propostas que se apresentem a maior estará condicionada à verificação de sua adequação mediante a aplicação da variação do IGP-M acumulado no período, observado o disposto no item anterior.

### 10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no item 3.1 deste Edital terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise de conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as suas regras de aceitação, utilizando-se nesse Pregão o **Modo de disputa Aberto**.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

10.8 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 10.7, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.9 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.10 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.11 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.

### 11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5.

11.2 O sistema eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do item 11.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, **negociação** visando a redução do valor.





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

11.2.1 O licitante se obriga a responder a negociação em até 2 (duas) horas a contar do registro no sistema, as negociações cadastradas, sob pena de inabilitação.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.11 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.4.2 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a futura contratação, será respeitada a ordem de classificação e poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, conforme previsão do artigo 49, § 6º do Decreto Municipal nº 6.279/2020.

11.5 Será gerada ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico do Portal de Compras da Caixa Econômica Federal.

11.6 A critério do pregoeiro poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

## 12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 Após o envio da resposta à negociação - cadastrada no sistema - com o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor - será agendado o prazo de **01 (um) dia útil**, para o primeiro classificado encaminhar à Comissão Permanente de Licitações, situada na Estrada Nelore, 200, Monte Alegre, na cidade de Cabo Frio/RJ,



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

sua documentação original “autenticada”, **conforme documentação digitalizada já enviada pelo Sistema até a abertura da sessão pública**, abaixo relacionada.

Obs: a comprovação de envio da documentação original no prazo de 01 (um) dia útil, se dará pelo envio digitalizado do **Comprovante de Postagem nos Correios** ou de uma **Declaração da própria empresa, informando a saída para entrega em mãos, pelo sistema da Caixa no mesmo campo específico para envio da Proposta Ajustada**.

12.1.1 A proposta de preços relativa ao valor arrematado (proposta ajustada), inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

12.1.2 Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União. Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no subitem anterior, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.2 Para habilitação neste Pregão Eletrônico, os interessados deverão apresentar para sua habilitação: **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

12.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.3 No caso de Microempreendedor Individual incluir o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com.br>;

12.2.4 Certidão Simplificada, expedida pela respectiva junta Comercial, de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (somente para as empresas cadastradas como tais e que assim declararem na proposta de preços para obter os benefícios da Lei Complementar 123/2006), com data de expedição não superior a 120 (cento e vinte) dias de realização do Pregão.

12.2.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.2.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.2.7 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

12.2.8 Cópia do documento de identidade, ou equivalente, dos sócios e/ou representantes legais;

12.2.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, quando for o caso.

### 12.3 REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA:

12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (CONJUNTA FEDERAL);

12.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

12.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.6 Prova de regularidade perante à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

12.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, devidamente acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa do Estado, fornecida pela Procuradoria Geral do Estado, no caso de sociedades com sede no Estado do Rio de Janeiro;

12.3.8 Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

### 12.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.4.1 **Certidões negativas de falência, concordata e recuperação judicial**, expedidas pelo distribuidor da sede do licitante. As certidões **deverão estar acompanhadas** de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falência e recuperação judicial, ou de execução patrimonial, **inclusive se a empresa tiver sede na Comarca de Cabo Frio**;

12.4.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**12.4.3 Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, **acompanhado do termo de abertura e encerramento, devidamente registrado no órgão competente (termos e demonstrações)**;

12.4.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.4.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

12.4.6 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.4.7 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

### 12.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.5.1 As proponentes deverão apresentar atestado (s) fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

12.5.2 - Declaração de cumprimento ao determinado no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não incide na proibição contida no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, atestando que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme **ANEXO IV**. Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, assinada pelo seu representante legal.

12.5.3 - Declaração de que a licitante se submete a todas as condições deste Edital, principalmente no que tange ao prazo de entrega do objeto, conforme **ANEXO V**.

12.5.4 - Declaração de inexistência de fato impeditivo para participação da licitante na presente licitação, conforme **ANEXO VI**. Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, assinada pelo seu representante legal.

12.5.5 Declaração de enquadramento da licitante na condição de Microempresa ou Empresa de pequeno Porte, quando for o caso, conforme **ANEXO VIII**. Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, assinada pelo seu representante legal.

12.5.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5.7 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.8 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.7 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

12.8 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.9 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preços caso se sagre vencedora na licitação.

12.10 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

12.11 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.12 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 13 - DOS RECURSOS

13.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos por meio do sistema eletrônico. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

13.2 As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviadas por campo específico do Portal de Licitações da Caixa, e poderão facultativamente, ser enviadas para o e-mail [comprascplcf@gmail.com](mailto:comprascplcf@gmail.com), com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

13.3 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 13.1.

13.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

### 14 – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA

14.1 Não sendo interposto recurso o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente da Comsercaf. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o presidente da Comsercaf adjudicará e homologará o procedimento.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

14.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Presidente da Comsercaf, o licitante vencedor será convocado, por escrito, para assinar a Ata de Registro de Preços, ou efetuar a retirada do instrumento que o substituir, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93, no prazo e condições definidos neste Edital.

14.3 O licitante vencedor terá o prazo de 7 (sete) dias, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, ou retirar o instrumento equivalente, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

14.4 Para efeito do item anterior, o contratado se compromete a enviar pessoa física revestida de competência para representá-lo junto ao Município de Cabo Frio, comparecendo pessoalmente, ao local que vier a ser designado.

14.5 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não efetivar o vínculo contratual ou não apresentar situação regular no ato da efetivação, estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93 com alterações posteriores.

14.6 A recusa injustificada do licitante vencedor sobre a aceitação do vínculo contratual dentro do prazo estabelecido sujeitará a aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (Cinco) anos, e posterior convocação de outro licitante de acordo com a classificação do certame licitatório, para celebração da contratação.

14.7 Nos casos previstos nos dois itens anteriores, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, observado o direito de preferência para as micro e pequenas empresas, e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao instrumento convocatório, sendo o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço oferecido.

14.8 Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo os convocados apresentar os Documentos de Habilitação cuja validade tenha se expirado no prazo transcorrido desde a data da primeira sessão.

14.9 Os licitantes remanescentes se obrigam a atender a convocação e efetivar o vínculo contratual, no prazo antes fixado, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades mencionadas neste Edital, no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

14.10 A existência da ata de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para aquisição do objeto licitado, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

14.10.1 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante a retirada da nota de empenho ou recebimento da ordem de fornecimento, o que ocorrer primeiro.

14.11 Se a Administração não convocar o adjudicatário dentro do prazo de validade de sua proposta, o mesmo estará liberado de todas as obrigações assumidas através do presente procedimento licitatório.

14.12 Na assinatura da Ata de Registro de Preços ou na retirada do instrumento que o substituir será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

15.1 O pagamento será efetuado pela Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF, sempre observado o prazo de 30 (trinta) dias de acordo com as quantidades fornecidas no período, após a liquidação para pagamento para o posterior pagamento, mediante a apresentação da Nota Fiscal e de acordo com as quantidades conforme Ordem de Serviço emitida pelo setor responsável, levando em consideração a disponibilidade financeira da CONTRATANTE, na forma do artigo 62 da Lei Federal no 4.320/1964.

15.2 Os pagamentos estão condicionados a apresentação das notas fiscais até o dia 05 (cinco) do mês subsequente da entrega do material ou da prestação do serviço, devidamente atestadas pelo servidor nomeado como fiscal do contrato e mais um funcionário cujos itens deverão corresponder ao valor e quantitativo especificados no presente contrato.

15.3 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo que trata o Parágrafo Primeiro começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

15.4 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, como também, o valor dos pagamentos eventualmente antecipados, observarão ao disposto na alínea "d", inciso XIV, do artigo 40, da Lei Federal no 8.666/1993.

15.5 A compensação financeira, por eventuais antecipações, será descontada a taxa de 1% da data do recebimento do documento de cobrança (nota fiscal).

15.6 Por eventuais atrasos, incidirá a taxa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.

15.7 A empresa inscrita no Simples deverá informar essa condição para fins de retenção diferenciada dos impostos devidos.

15.8 Correrão por conta exclusiva da empresa contratada, conforme artigo 71, caput e § 1º da Lei Federal no 8.666 de 1993:

15.9 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;

15.10 Contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias;

15.11 Em caso de devolução da fatura/nota fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

15.12 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da CONTRATANTE; após o lapso temporal de 180 dias, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo, acrescido de juros moratórios na ordem de 0,5% ao mês.

## 16- DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

16.1 Os preços não sofrerão reajustes, conforme determina o parágrafo 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

16.2 Tendo em vista a previsão do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, ou da retratação da variação efetiva do custo de produção, devendo para tanto ser encaminhado pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido, sendo admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, protocolado no setor de Protocolo da COMSERCAF, endereçado ao gestor da Ata de Registro de Preços, no presente caso ao setor de Planejamentos da Comsercaf.

16.3 O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço de custo e o preço originalmente constante na proposta, bem como, o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

16.4 O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

### 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Empresa que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da solicitação de fornecimento;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do fornecimento do objeto;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não mantiver a proposta.

17.2. A Empresa que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.4. Multa moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

17.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.4. A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela COMSERCAF;

17.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até (05) cinco anos;

17.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município pelo prazo de até 05 anos, nos moldes do art. 55 do Decreto Municipal 6.279/2020 c/c Art.87,IV da Lei 8.666/93;

17.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666.

17.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### 18 - O REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

18.1.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo a critério da Administração, serem celebrados tantos contratos quanto necessário, dentro do limite legal.

18.1.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

### 18.2 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR:

18.2.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- A) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- B) Não retirar a respectiva Nota de Empenho, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- C) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- D) Estiverem presentes, razões de interesse público.

### 18.3 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.3.1 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, será efetuado o Registro de Preços, mediante lavratura da Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre as concorrentes vencedoras e a Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF na condição de Órgão Gerenciador.

18.3.2 - A Adjudicatária será convocada para, no prazo de 07 (sete) dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3.3 - O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3.4 - Na hipótese de não atendimento à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, desde que haja conveniência, proceder a adjudicação à licitante que obtiver a melhor classificação, em ordem crescente, nas mesmas condições do 1º colocado.

18.3.5 - O Edital e proposta da contratada, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços a ser lavrada, independente da transcrição.

### 19 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

19.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

19.2 O recebimento definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

19.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação definitiva deverá ficar concluído no prazo de 10 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

19.4 A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

19.5 A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

### 20 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

20.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados da data de Nota de Empenho e Ordem de serviço.

20.1.1 A nota de empenho será entregue ao fornecedor, mediante contato realizado pelo setor responsável, na sede da COMSERCAF.

20.1.2 A entrega deverá ocorrer no almoxarifado da sede da COMSERCAF, de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 14h às 17h, cujo endereço de entrega é: Estrada Nelore, 200 – Monte Alegre – Cabo Frio/RJ.

20.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

20.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados no recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

20.5 Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

20.6 Os bens deverão ter prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, prevalecendo o maior.

Os eventuais componentes, manuais, ou acessórios, mesmo que não constantes na descrição do objeto, quando fornecidos e acompanharem o produto de fábrica, deverão também ser entregues na sede da COMSERCAF, sem qualquer custo adicional.

### 21 - GARANTIA

21.1 A garantia prestada, caso exigida, não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

21.2 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia, se exigida, deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

21.3 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia que vier a ser exigida, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

### 22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

22.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

22.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

22.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

22.6 Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

**ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

**ANEXO II** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

**ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO;

**ANEXO IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

**ANEXO V** – DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO AO EDITAL;

**ANEXO VI** – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO;

**ANEXO VII** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;

**ANEXO VIII** – DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

**ANEXO IX** – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

**ANEXO X** – MINUTA DO CONTRATO.

22.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

22.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

22.9 O foro do Município de Cabo Frio é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Cabo Frio, 30 de maio de 2022

**Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF**

## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

### **ANEXO I**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1. OBJETO**

- 1.1. O presente termo de referência tem como objeto a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos e Utilitários** sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atendimento das demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.
- 1.2. Especificações Técnicas: conforme descrições dos serviços que serão apresentadas abaixo e conforme o que será disposto no ITEM 2, Especificações Técnicas, Quantitativos e Valores Estimados.
- 1.3. Os veículos deverão ser disponibilizados devidamente registrados, ser de propriedade da CONTRATADA e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios, exigidos pela Legislação de Trânsito.
- 1.4. Os veículos do tipo **pick up cabine simples** deverão ser entregues adesivados de acordo com modelo especificado no **ANEXO I** deste Termo de Referência.
- 1.5. Os veículos deverão ser mantidos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor.
- 1.6. Visando reduzir os danos ambientais da contratação e permitir uma maior eficiência, os veículos a serem ofertados deverão seguir os parâmetros de eficiência estabelecidos na especificação dos veículos, conforme ITEM 2, criados a partir dos padrões de eficiência do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – PBEV, do INMETRO.
- 1.7. Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, sendo danos materiais no valor de R\$ 80.000,00 e danos corporais no valor de R\$ 80.000,00, sem franquias e responsabilidades para o órgão CONTRATANTE, sendo aceito o autosseguro.
  - 1.7.1. Será também de responsabilidade da CONTRATADA os casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de uso e casos fortuitos e que não ensejam a utilização dos serviços da seguradora.
  - 1.7.2. A CONTRATADA deverá regularmente efetuar manutenções preventivas e corretivas nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes, cujos custos correrão por conta da mesma.
  - 1.7.3. A CONTRATADA deverá enviar mensalmente, à CONTRATANTE, relatórios, por meio eletrônico, listando os serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados em cada veículo, incluindo data, horário, tipo de serviço e custo de realização.
- 1.8. Os veículos serão disponibilizados com tanque cheio e, considerando que não está previsto o fornecimento de combustíveis, os veículos deverão ser devolvidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA com tanque cheio.
- 1.9. No caso de imobilizações de veículos por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade da CONTRATADA, a CONTRATADA deverá fornecer veículo reserva de mesmas características do principal, com tanque cheio e no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

## Companhia de Serviços de Cabo Frio

- 1.9.1. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal, e o veículo reserva também será devolvido com tanque cheio.
- 1.9.2. Os veículos reserva do tipo **pick up cabine simples** não precisarão estar adesivados de acordo com o ANEXO I deste Termo de Referência, porém, o período máximo para a CONTRATADA devolver o veículo principal adesivado de acordo com o ANEXO I para a CONTRATANTE será de até 15 (quinze) dias.
- 1.10. A CONTRATADA deverá possuir, na ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, ponto de apoio com capacidade administrativa e operacional no Município de Cabo Frio, inclusive com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como entregas de veículos, substituições, manutenções, entre outros, disponibilizando telefones que atendam 24 horas por dia, mesmo em feriados e fins de semana, para atender às situações excepcionais.
- 1.11. Serão de responsabilidade do CONTRATANTE os pagamentos relativos às multas de trânsito dos veículos que estiverem sendo usados pelo CONTRATANTE.
- 1.11.1. Para o devido equilíbrio do contrato, a CONTRATADA, a contar da data de recebimento de auto de infração, deverá encaminhá-lo para a CONTRATANTE, em até três dias úteis, visando a identificação do real infrator.

## 2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS

Item	Un	Qtd	Descrição	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	MÉDIA VALOR MENSAL	MÉDIA VALOR ANUAL
1	UN	25	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES ADESIVADO;	R\$ 4.982,50	R\$ 124.562,50	R\$ 1.494.750,00
2	UN	02	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN;	R\$ 4.887,50	R\$ 9.775,00	R\$ 117.300,00
3	UN	03	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCH COM 04 (QUATRO) PORTAS;	R\$ 4.012,50	R\$ 12.037,50	R\$ 144.450,00
4	UN	02	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE DUPLA COM 04 (QUATRO) PORTAS;	R\$ 7.832,50	R\$ 15.665,00	R\$ 187.980,00
					<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>	<b>R\$ 162.040,00</b>
					<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>	<b>R\$ 1.944.480,00</b>

### 2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS

- 2.1.1. **VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES:** motor 1.6 cilindradas ou superior; ar condicionado; direção hidráulica ou elétrica; abastecimento por gasolina ou etanol (flex); transmissão manual ou automática; quilometragem livre; fabricação de no máximo 02 (dois) anos;

## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

equipado com todos os componentes obrigatórios de segurança; jogo de tapete de borracha. Os veículos do tipo pick up deverão ser entregues adesivados de acordo com modelo especificado no ANEXO I deste Termo de Referência.

- 2.1.2. **VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN; MOTOR 1.0 CILINDRADAS OU SUPERIOR:** Ar condicionado; direção hidráulica ou elétrica; abastecimento por gasolina ou etanol (flex); transmissão manual/automática; quilometragem livre; fabricação de no máximo 02 (dois) anos; equipado com todos os componentes de segurança exigidos pelo CONTRAN; jogo de tapetes de borracha.
- 2.1.3. **VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCH COM 04 (QUATRO) PORTAS:** Capacidade mínima de 05 (cinco) passageiros; motor 1.0 cilindradas ou superior; ar condicionado; direção hidráulica ou elétrica; abastecimento por gasolina ou etanol (flex); transmissão manual ou automática; quilometragem livre; fabricação de no máximo 02 (dois) anos; equipado com todos os componentes obrigatórios de segurança; jogo de tapete de borracha.
- 2.1.4. **VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA COM 04 (QUATRO) PORTAS:** motor 1.8 cilindradas ou superior; ar condicionado; transmissão automática; direção hidráulica ou elétrica; abastecimento por gasolina ou etanol (flex); air bag; vidro e trava elétrica nas 04 portas; freio abs nas 04 rodas; quilometragem livre; fabricação de no máximo 02 (dois) anos; equipado com todos os componentes de segurança exigidos pelo CONTRAN; jogo de tapetes de borracha.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 3.1. Para atender a essa necessidade em comum e para proporcionar maior racionalidade e padronização às compras públicas, a COMSERCAF decidiu centralizar a licitação para contratação de locação de veículos, utilizando como instrumento o Sistema de Registro de Preços por se tratar de demandas futuras, frequentes, parceladas e incertas.
- 3.2. Os itens a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º e art. 11º da Lei Federal nº 10.520/2002, uma vez que possuem especificações e padrões usuais de mercado.
- 3.3. A contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos encontra amparo no art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

### **4. JUSTIFICATIVA**

- 4.1. Considerando a necessidade da manutenção dos serviços essenciais prestados por esta Autarquia, quais sejam limpeza urbana, coleta de resíduos, capina, varrição, iluminação pública, obras e serviços de engenharia; considerando a necessidade de locomoção dos servidores aos órgãos externos; considerando a necessidade de fiscalização dos serviços mencionados; faz-se necessário o aluguel dos veículos.

### **5. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 5.1. A prestação de serviços prevista neste TR será efetuada de forma parcelada, à medida que surgirem as necessidades de contratação do órgão gerenciador.
- 5.1.1. Explicitamos, quanto à forma parcelada, que esta poderá ser executada sem a necessidade de cronograma físico-financeiro, conforme possibilita o sistema de registro de preços, bastando haver a solicitação, por escrito, do CONTRATANTE de acordo com suas necessidades, sempre que coberta por contrato administrativo.



## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

### **6. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. Planilha de Custos**

Conforme exigência legal foi elaborada planilha estimativa orçamentária, tendo sido utilizada cotação de quatro empresas como referência. A média total **mensal** estimada da contratação é de **R\$ 162.040,00 (Cento e sessenta e dois mil e quarenta reais)**, perfazendo um total **anual** de **R\$ 1.944.480,00 (Um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)**.

### **7. PRAZO**

- 7.1. O prazo do Registro de Preços para execução dos serviços, descritos neste Termo de Referência, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata.
- 7.2. A Ordem de Serviço inicial para execução do contrato será emitida 02 (dois) dias após a assinatura do mesmo.
- 7.3. Os contratos terão a duração a ser determinada de acordo com as demandas futuras conforme a necessidade da administração autárquica.

### **8. FONTE DE RECURSOS**

- 8.1. A despesa prevista nesta contratação correrá por conta da Dotação Orçamentária: 15.452.0043.2211 – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

### **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 9.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com pelo menos 15% (quinze por cento) do objeto do(s) item (ns) almejado(s), mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.2. Os atestados deverão trazer a informação das quantidades, prazos e características dos serviços prestados de maneira clara.
- 9.3. Para a comprovação da demanda mínima exigida em relação ao objeto, será aceito o somatório de atestados.
- 9.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### **10. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 10.1. Os procedimentos de gestão da fiscalização, assim como a designação dos servidores para tal fim, serão de responsabilidade de cada CONTRATANTE.
  - 10.1.1. Deverá ser indicado formalmente pela CONTRATADA um Preposto, autorizado a tratar com o Órgão ou Entidade Contratante a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato.
  - 10.1.2. Quaisquer entendimentos, sempre respeitando o conteúdo do contrato deste serviço, entre o Fiscal ou o Gestor do Contrato e o Preposto da CONTRATADA serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.
- 10.2. A CONTRATADA se obriga a cumprir fiel e integralmente as exigências que venham a ser feitas pelos servidores designados que terão plenos poderes para:
  - 10.2.1. Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto.
  - 10.2.2. Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista.

## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

- 10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 10.4. Conforme inadimplências e irregularidades apuradas pela fiscalização, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA penalidades e sanções administrativas, conforme a LF 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa, com os instrumentos recursais a elas inerentes, nos moldes do art. 109 da LF nº 8.666/1993.
- 10.5. Sanções Administrativas: os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. Conduzir a execução do contrato de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do termo de referência, da proposta de preços e da legislação vigente.;
- 11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.3. Facilitar a ação dos fiscais e gestores dos contratos, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.
- 11.4. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 11.5. Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
- 11.6. Manter o sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.
- 11.7. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.
- 11.8. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.
- 11.9. A falta de entrega de quaisquer dos veículos, cujo serviço de locação incumbir à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto de Contratos e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

- 11.10. A CONTRATADA deverá substituir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o órgão ou entidade CONTRATANTE, toda ou parte da remessa devolvida pelo mesmo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações do veículo entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 11.11. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
- 11.12. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções.
- 12.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal de contrato frente ao relatório mensal emitido por preposto, informando do sucesso observado nas entregas solicitadas.
- 12.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.4. A contratada é obrigada a obedecer às exigências da Resolução nº 490 de 2018 do CONAMA, bem como às demais normas de execução dos serviços que o Fiscal venha a exigir por razões de ordem técnica ou de conveniência à coletividade.
- 12.5. A Contratada assumirá integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, de acordo com o presente Termo de Referência, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos ou decorrentes do não atendimento dos serviços previstos, inclusive quanto a terceiros.

### **13. GESTÃO DO CONTRATO**

- 13.1. As atividades de gestão de fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 13.2. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo dos fiscais setorial e administrativo ou do gestor do contrato, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato.
- 13.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, a ser exercidas por servidores, que formarão a equipe de fiscalização, com clara distinção de atividades no exercício dessas atribuições.

## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

- 13.4. A gestão contratual do objeto relativo a este Termo de Referência se dará por meio de setor designado pelo Presidente da Autarquia.
- 13.5. Em caso de descumprimento do estabelecido na lei 8.666/93 ou nos itens da seção 10 deste Termo de Referência serão aplicadas sanções conforme previstas neste Termo de Referência.

### **14. DO PAGAMENTO**

- 14.1. O pagamento será efetuado pela Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF, sempre observado o prazo de 30 (trinta) dias de acordo com as quantidades fornecidas no período, após a liquidação para pagamento para o posterior pagamento, mediante a apresentação da Nota Fiscal e de acordo com as quantidades conforme Ordem de Serviço emitida pelo setor responsável, levando em consideração a disponibilidade financeira da CONTRATANTE, na forma do artigo 62 da Lei Federal no 4.320/1964.
- 14.2. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das notas fiscais até o dia 05 (cinco) do mês subsequente da entrega do material, devidamente atestadas pelo servidor nomeado como fiscal do contrato e mais um funcionário cujos itens deverão corresponder ao valor e quantitativo especificados no presente contrato.
- 14.3. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo que trata o Parágrafo Primeiro começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente corrigida.
- 14.4. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, como também, o valor dos pagamentos eventualmente antecipados, observarão ao disposto na alínea “d”, inciso XIV, do artigo 410, da Lei Federal no 8.666/1993.
- 14.5. A compensação financeira, por eventuais antecipações, será descontada a taxa de 1% da data do recebimento do documento de cobrança (nota fiscal).
- 14.6. Por eventuais atrasos, a compensação financeira incidirá taxa fixada de 1% (um por cento) ao mês.
- 14.7. A empresa inscrita no Simples deverá informar essa condição para fins de retenção diferenciada dos impostos devidos.
- 14.8. Correrão por conta exclusiva da empresa contratada, conforme artigo 71, caput e § 1º da Lei Federal no 8.666 de 1993:
- 14.9. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
- 14.10. Contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias;
- 14.11. Em caso de devolução da fatura/nota fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 14.12. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da CONTRATANTE; após o lapso temporal de 180 dias, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo, acrescido de juros moratórios na ordem de 0,5% ao mês.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### 15. SANÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a: a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

a) 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação constantes na Nota de Empenho

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2. Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da Contratante em até 10 (dez) dias da sua aplicação, sendo que após esta data começarão a correr juros, multas e atualizações monetárias.

15.3. Caso não seja recolhida o prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio da COMSERCAF, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

16.2. A COMSERCAF emitirá a ordem de execução após a assinatura do contrato.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO I

#### ESPECIFICAÇÕES DE ADESIVAGEM DO VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE SIMPLES







## Companhia de Serviços de Cabo Frio



Especificações de Adesivagem:

Os adesivo



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO II

(Papel Timbrado da Empresa)

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

À Comissão de Licitações  
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Prezado Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº **011/2022** declaramos que cumprimos todos os requisitos de habilitação necessários para participar da licitação em epígrafe.

Declaramos que temos conhecimento e aceitamos as condições constantes no Edital de Licitação em referência e seus anexos, bem como, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações de 08 de junho de 1994, e a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e que não há ocorrência ou fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

(Local e data)

Assinatura do representante legal da Empresa  
Carimbo do CNPJ



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO III

(Papel timbrado da Empresa)

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

À Comissão de Licitações  
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital Pregão Eletrônico nº 011/2022 nossa empresa declara que:

- Não possuímos servidor público desta Instituição em nosso quadro funcional ou administrativo;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice- Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

(Local e data)

Assinatura do representante legal da empresa

**Carimbo do CNPJ**



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

(Papel timbrado da empresa)

### ANEXO IV

#### DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – NÃO EMPREGA MENOR

À  
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF  
A/C COMISSÃO PREGOEIRA

Ref. Pregão Eletrônico nº 011/2022

### DECLARAÇÃO

A sociedade \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição Estadual/Municipal nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, vem pela presente **DECLARAR**, em atendimento ao item 12.5.2 do Edital, que não possui empregados menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, em trabalho perigoso ou insalubre, e menores de 14 (quatorze) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, observado o disposto no Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

Cabo Frio/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da licitante

(Papel timbrado da empresa)



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO V

### **DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO AO EDITAL**

À  
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF  
A/C da COMISSÃO PREGOEIRA  
Estrada Nelore, 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ

**Ref. ao Pregão Eletrônico nº 011/2022.**

### **DECLARAÇÃO**

A sociedade \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição Estadual/Municipal nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, vem pela presente **DECLARAR**, em atendimento ao item 12.5.3 do Edital, que se submete às condições estabelecidas no Edital em epígrafe, **principalmente no que tange ao prazo de entrega do objeto, conforme determinação do item 5 do Termo de Referência do Edital** da referida licitação.

Cabo Frio/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da licitante  
Carimbo da empresa



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

(Papel timbrado da empresa)

### ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO

À  
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF  
A/C da COMISSÃO PREGOEIRA  
Estrada Nelore, 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ

**Ref. ao Pregão Eletrônico nº 011/2022.**

A sociedade \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição Estadual/Municipal nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, vem pela presente **DECLARAR**, para fins de participação neste Pregão Eletrônico, sob as penas da Lei, que inexistem qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

Cabo Frio/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da licitante  
Carimbo da empresa





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

(Papel Timbrado da Empresa)

### ANEXO VII

### PROPOSTA DE PREÇOS

A

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF

Proposta que faz a empresa XX CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Registro de Preços Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos e Utilitários sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atendimento das demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, conforme as especificações contidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2022.

Item	Quant.	Unid.	Produto/serviço	Marca (Se houver)	Valor Unit	Total
01	xxx	unid	.....			
02	xxx	unid.	.....			
...						

Validade da proposta de 60 dias

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante Legal da Empresa  
Carimbo do CNPJ

(Papel timbrado da Empresa)



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO VIII

#### **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À  
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF  
A/C da COMISSÃO PREGOEIRA  
Estrada Nelore, 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ

### DECLARAÇÃO

A sociedade \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição Estadual/Municipal nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, vem pela presente **DECLARAR**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 4/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cabo Frio/RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da licitante  
Carimbo da empresa



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO IX

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .11/2022**

No dia xxxxx do mês xxxxxx do ano de 2022, nas dependências da Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, com sede no(a) ....., na cidade de Cabo Frio/RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado pelo seu Presidente ....., nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de 20XX, publicada no ..... de ..... de 2022, inscrito(a) no CPF sob o nº ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 0xx/2022, Processo Administrativo nº XXX/2022, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 5.926 de 11 de dezembro de 2018, Decreto Municipal nº 6.279 de 23 de junho de 2020 e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos e Utilitários** sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atendimento das demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, conforme as especificações contidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Descrição	Un.	Qtd.	Marca	Unitário	Total
01	...					

#### 3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura e eventual solicitação, nos termos definidos do Processo nº xxxx/2022, Edital Pregão Eletrônico nº 0xx/2022 e dos seus anexos.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

3.1.1 – A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF.

3.2 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

### 4. DOS LOCAIS DE ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos veículos é de 10 (dez) dias úteis, contados da data de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

4.1.1 A nota de empenho será entregue ao fornecedor, mediante contato realizado pelo setor responsável, na sede da COMSERCAF.

4.1.2 A entrega deverá ocorrer na sede da COMSERCAF, de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 14h às 17h, cujo endereço de entrega é: Estrada Nelore, 200 – Monte Alegre – Cabo Frio/RJ.

4.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

4.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados no recebimento provisório, após a verificação da qualidade da prestação do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5 Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6 Os bens deverão ter prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, prevalecendo o maior.

### 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF

PROJETO/ATIVIDADE: xxx.

### 6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF, sempre observado o prazo de 30 (trinta) dias de acordo com as quantidades fornecidas no período, após a liquidação para pagamento para o posterior pagamento, mediante a apresentação da Nota Fiscal e de acordo com as quantidades conforme Ordem de Compra emitida pelo setor responsável, levando em consideração a disponibilidade financeira da CONTRATANTE, na forma do artigo 62 da Lei Federal no 4.320/1964.

6.2. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das notas fiscais até o dia 05 (cinco) do mês subsequente da entrega do material ou da prestação do serviço, devidamente atestadas pelo servidor nomeado como fiscal do contrato e mais um funcionário cujos itens deverão corresponder ao valor e quantitativo especificados no presente contrato.

## **Companhia de Serviços de Cabo Frio**

- 6.3. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo que trata o Parágrafo Primeiro começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente corrigida.
- 6.4. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, como também, o valor dos pagamentos eventualmente antecipados, observarão ao disposto na alínea “d”, inciso XIV, do artigo 40, da Lei Federal no 8.666/1993.
- 6.5. A compensação financeira, por eventuais antecipações, será descontada a taxa de 1% da data do recebimento do documento de cobrança (nota fiscal).
- 6.6. Por eventuais atrasos, incidirá a taxa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.
- 6.7. A empresa inscrita no Simples deverá informar essa condição para fins de retenção diferenciada dos impostos devidos.
- 6.8. Correrão por conta exclusiva da empresa contratada, conforme artigo 71, caput e § 1º da Lei Federal no 8.666 de 1993:
- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
  - b) Contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias;
- 6.9. Em caso de devolução da fatura/nota fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 6.10. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da CONTRATANTE; após o lapso temporal de 180 dias, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo, acrescido de juros moratórios na ordem de 0,5% ao mês.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

### **7.1 – Constituem obrigações do FORNECEDOR:**

- 7.1.1– Entregar os bens na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência – Anexo I do Edital.
- 7.1.2 – Entregar o objeto da Ata de Registro de Preços sem qualquer ônus para a COMSERCAF (solicitante), estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- 7.1.3 – Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- 7.1.4 – Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 7.1.5 – Reparar, corrigir, remover reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 7.1.6 – Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à COMSERCAF ou terceiros.
- 7.1.7 – Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

7.2 – O fornecedor é responsável por danos causados ao órgão solicitante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do órgão da Administração.

7.3 – Outras obrigações constantes no termo de referência também serão observadas pelo fornecedor uma vez que o documento é parte integrante da licitação que deu origem a presente Ata.

### 8. REVISÃO E CANCELAMENTO

8.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

8.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

8.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.4 – O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.4.1 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.5 - Quando os preços do mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

8.5.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

8.5.2 – Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.7– O registro do fornecedor será cancelado quando:

8.7.1– Descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.7.2 – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.7.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.7.4 – Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

8.8 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 12.7.1, 12.7.2, 12.7.3 e 12.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

8.9 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.9.1 – Por razão de interesse público; ou

8.9.2– A pedido do fornecedor.

### 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002 e art. 55 do Decreto Municipal n.º 6.279/2020, a Contratada que:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

9.2.2.1. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;

9.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município pelo prazo de até 05 anos, nos moldes do art. 14 do Decreto Municipal 4.918/2013 c/c Art. 87, IV da 8.666/93;

9.2.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.

9.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.3, 13.2.4 e 13.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

- 9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999 e Decreto Municipal nº 4.918 de 8 de maio de 2013.
- 9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### 10. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

**10.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 11.CONDIÇÕES GERAIS

**11.1** – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital que deu origem a esta Ata, bem como no termo de referência.

**11.2-** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

..... de..... de 20....

Assinaturas



Processo nº 087/2022  
Fls: \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

## Companhia de Serviços de Cabo Frio

Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)

TESTEMUNHA 01:

\_\_\_\_\_  
CPF:

TESTEMUNHA 02:

\_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Lei de acesso à informação - Portal da transparência - COMSERCAF



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

### ANEXO X MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº XXX/202X.  
MODALIDADE: PREGÃO nº XX/202X – sessão pública: eletrônica.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXX/202X.  
EMPENHO: XXX/202X.

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE SERVIÇO DE CABO FRIO - COMSERCAF, AQUI DESIGNADA “CONTRATANTE” E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, AQUI DESIGNADA “CONTRATADA” PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE XXXXXXXXXXXX.

A Companhia de Serviço de Cabo Frio – COMSERCAF, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.572.121/0001-00, com sede na Estrada Neloire, 200, Monte Alegre, Cabo Frio / RJ, neste ato representada pelo Presidente, sr. Heitor Pinto da Fonseca Junior, residente nesta cidade, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº xxxx/00xx-xx, situada no endereço XXXXXXXXXXXX, nº XXX – XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXX – XXXXXXXX / XX, neste ato representada pelo sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da C.I. XXXXXXXX, expedida por XXXXX/XX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX- Nº XXX – XXXXXXXXXXXXXXXX – XXXXX/XX, firmam o presente contrato, sendo as partes doravante denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA, ato jurídico administrativo oriundo do Processo Administrativo nº XXXX/20XX instaurado com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, que originou o PREGÃO nº xxxx/20XX, com fundamento na Lei Federal 10.520/2002, sessão pública eletrônica, na forma do Decreto Federal nº 10.024/2019, e suas alterações, pelas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para a prestação do serviço de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, obedecendo as especificações constantes do Edital de Licitação e seus anexos, oriundos do Processo Administrativo nº XXXX/202X.

A empresa vencedora XXXXXXXXXXXXXXXX, fica obrigada a prestar os serviços descritos no edital de licitação, conforme abaixo discriminados:

Item	Descrição	Quantidade (?)	Valor Unitário	Valor Total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XX	R\$ XXXXXXX	R\$ XXXXXX

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O presente Contrato se fundamenta na Lei Federal 8666/1993 e Lei Federal 10520/2002, integrando o Processo Administrativo nº XXXX/202X, e tem como seus anexos documentos daquele processo que as partes declaram ter pleno conhecimento a aceitam como suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o objeto contratual e permitir o seu fiel e integral cumprimento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA

Para celebração do presente contrato foi instaurado o procedimento licitatório através do Processo Administrativo nº XXX/20XX, adotada a modalidade Pregão n.º: XXX/20XX, Lei Federal nº 10.520/2002, com sessão pública eletrônica, pelo sistema de registro de preços / convencional ao qual a CONTRATANTE e a CONTRATADA encontram-se estritamente vinculadas ao seu edital e a proposta da licitante que venceu o certame.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor do serviço contratado é de R\$ XXXXXXX (\_\_\_\_\_), podendo o pagamento ser fracionado conforme a execução do serviço na quantidade e forma solicitadas pela Autarquia segundo a necessidade por ela especificada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

Todas as Cláusulas deste Contrato estão sujeitas a normas da Lei Federal 8666/1993, Lei Federal 10520/2002, e legislação complementar, que servirão de base para a resolução dos casos omissos a este instrumento na esfera administrativa ou, em caso de inviabilidade, na esfera judicial.

### CLÁUSULA QUINTA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que a CONTRATANTE resolva fazer até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do presente Contrato, de acordo com os preços apresentados na proposta, na forma do §1º, do artigo 65, da Lei Federal 8666/1993.

### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do material adquirido correrão por conta da

Dotação orçamentária de nº XXXXXXXX.

Elemento de Despesa – XXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Projeto/Atividade XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXX.

Fonte XXX – XXXXXXXXXXXXXXXXX.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

A vigência deste instrumento contratual para cobrir as necessidades da Autarquia será de XX (XXXXX), com início para o cumprimento a partir da emissão da Ordem de Serviço.

### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF, sempre observado o prazo de 30 (trinta) dias de acordo com as quantidades fornecidas no período, após a liquidação para pagamento para o posterior pagamento, mediante a apresentação da Nota Fiscal e de acordo com as quantidades conforme Solicitação emitida pelo setor responsável, levando em consideração a disponibilidade financeira da CONTRATANTE, na forma do artigo 62 da Lei Federal nº 4.320/1964.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos estão condicionados a apresentação das notas fiscais até o dia 05 do mês subsequente a prestação do serviço do mês anterior, devidamente atestadas por um servidor autárquico ou, conforme o caso, pelo relatório de recepção, e pelo(s) servidor(es) autárquico(s) nomeado(s) como fiscal(is) do contrato, e cujos itens deverão corresponder ao valor e especificações descritas no presente contrato.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Neste caso, o prazo que trata o Parágrafo Primeiro começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, como também, o valor dos pagamentos eventualmente antecipados, observarão ao disposto na alínea “d”, inciso XIV, do artigo 40, da Lei Federal nº 8666/1993.

#### PARÁGRAFO QUARTO

A compensação financeira, por eventuais antecipações, será descontada a taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o trigésimo dia da data do recebimento do documento de cobrança (nota fiscal).

#### PARÁGRAFO QUINTO

Por eventuais atrasos, a compensação financeira incidirá juros a taxa fixada de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

#### PARÁGRAFO SEXTO

A empresa inscrita no Simples deverá informar essa condição para fins de retenção diferenciada dos impostos devidos.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

Correrão por conta exclusiva da empresa contratada, conforme artigo 71, caput e § 1º da Lei Federal nº 8.666 de 1993:

- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
- b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias;

### PARÁGRAFO OITAVO

Em caso de devolução da fatura/nota fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

### PARÁGRAFO NONO

Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da CONTRATANTE; após o lapso temporal de 180 dias, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo, acrescido de juros moratórios na ordem de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

## CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

### 9.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

O presente instrumento deverá ser executado pelas partes, em estrita observância ao disposto nas cláusulas contratuais, às quais se obrigam a obedecer e ainda as seguintes normas:

I - Efetuar a entrega do objeto do contrato conforme as especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

II - Fornecer todo material, caso necessário, para execução do objeto desse instrumento, em perfeito estado de conservação e limpeza.

III - Cumprir rigorosamente os prazos e horários fixados, requisitando com antecedência necessária as informações inerentes ao cumprimento do objeto.

IV - Submeter-se às orientações e fiscalização da COMSERCAF ou pessoa por este indicada, sem que com isso diminua ou substitua a responsabilidade da CONTRATADA.

V - Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguro de acidente do trabalho, concernentes à execução dos serviços de fornecimento, e, bem assim, pelo recolhimento dos impostos de qualquer natureza, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a comercialização dos bens fornecidos, objeto deste Contrato.

VI - Não transferir a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto deste Contrato, sem prévio conhecimento e assentimento escrito da CONTRATANTE.

VII - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

VIII - Comunicar de imediato e por escrito à CONTRATANTE, qualquer irregularidade que surgir, durante a vigência deste Contrato, para o ajuste que for necessário, bem como os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IX - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do presente Contrato.

X - Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo que, eventualmente, seja causado à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados ou prepostos.

XI - Apresentar toda a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, necessários quando da emissão da Nota Fiscal para pagamento, na forma do inciso XIII, do artigo 55, da Lei Federal nº 8666/1993;

XII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato ou instrumento equivalente, bem como não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato/instrumento equivalente, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedado à CONTRATADA, durante a execução do contrato:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

II - Veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

### PARÁGRAFO SEGUNDO



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos financeiros estabelecidos nesta cláusula, não transfere à administração da CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, bem como de subsidiariedade, para com a CONTRATANTE.

### 9.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - Fornecer todas as informações necessárias à adequada realização dos serviços pela CONTRATADA;
- II - Pagar à CONTRATADA o valor do objeto, após o recebimento da respectiva Nota Fiscal, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos e no presente contrato;
- III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de e-mail ou correspondência, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, estabelecendo, quando for o caso, prazo para sua regularização;
- IV - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA na prestação de serviços ajustada neste contrato, através de colaborador especialmente designado.
- V - A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação dos serviços contratados;
- b) multa que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para a prestação dos serviços contratados;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a COMSERCAF e com o Município de Cabo Frio, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a prestação dos serviços contratados;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A penalidade de multa, estabelecida na alínea "b" desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da CONTRATANTE.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

Ocorrendo atraso na execução do contrato por culpa da CONTRATADA, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da CONTRATADA por danos causados à CONTRATANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 – Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
  - a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;
  - b) 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação constantes na Nota de Empenho





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

III – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, da licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspensão do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Cabo Frio, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a homologação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 – Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da CONTRATANTE em até 10 (dez) dias da sua aplicação, sendo que após esta data começarão a correr juros, multas e atualizações monetárias.

11.3 – Caso não seja recolhida no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, em respeito aos termos do procedimento licitatório a que se submetem as partes contratantes.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA assume como exclusivamente suas, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade será, exclusivamente, da CONTRATADA, conforme artigo 71, caput e § 1º da Lei 8.666/1993.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

### CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS





## Companhia de Serviços de Cabo Frio

Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas, tendo o seu cumprimento iniciado bem como os prazos para entrega do objeto contratado contados a partir da expedição da ordem de fornecimento.

15.2 - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal 8.666/93, a Lei 10.520/2002 e demais leis complementares que versem sobre o assunto.

15.3 - Vincula-se este contrato ao edital e seus anexos, documentos estes que servirão de base, também, para a solução de eventuais divergências.

### CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUPERVISÃO

O presente contrato e sua fiscalização será supervisionado e acompanhado por fiscal(s) do contrato a serem nomeados pela Autoridade administrativa, na forma do artigo 67, da Lei Federal 8.666/93.

### CLASULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a CONTRATANTE providenciará sua publicação resumida no Diário Oficial do Município e/ou no Portal da Transparência da COMSERCAF.

### CLAUSLA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

O Foro do contrato será o da Comarca de Cabo Frio, excluído qualquer outro.

### CLAUSULA DÉCIMA NONA

Em caso de omissões no presente contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e legislação correlata.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Cabo Frio, XX de XXXXXX de 20XX.

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO - COMSERCAF

CNPJ Nº 17.572.121/0001-00

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ NºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratado

Testemunhas:



## Companhia de Serviços de Cabo Frio

Processo nº 087/2022

Fls: \_\_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Lei de acesso à informação - Portal da transparência - COMSERCAF

## PLENÁRIO

**PROCESSO:** TCE-RJ 218.522-4/23  
**ORIGEM:** COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF  
**NATUREZA:** REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO  
**ASSUNTO:** PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2023, REALIZADO PELA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF  
**INTERESSADO:** PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA. (GIORGIO PIERSON OLIBONI – OAB-RJ 151.970 E ALEXANDRE DODSWORTH BORDALLO – OAB/RJ 116.336)

**REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E UTILITÁRIOS.**

**CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO QUE APONTA PARA O MANEJO DA REPRESENTAÇÃO COMO TENTATIVA DE REFORMAR DECISÃO DE NÃO PROVIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO. REPRESENTAÇÃO QUE VEICULA INTERESSE PRIVADO DO PARTICULAR, EM DESCUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DO RITCERJ.**

**NÃO CONHECIMENTO. COMUNICAÇÃO COM RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DIRIGIDAS A PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS FUTUROS. COMUNICAÇÃO PARA CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.**

Trata-se de Representação formulada por Porto & Porto Locação de Automóveis Ltda., pessoa jurídica qualificada nos autos, por meio da qual narra possíveis irregularidades cometidas no curso do Pregão eletrônico n.º 004/2023 (processo administrativo n.º 87/2022), realizado pela Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF, que tem como objeto o “registro de Preços para Contratação de Empresa para prestação de serviços de locação de veículos e utilitários sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atender as demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a Companhia de Serviço de Cabo Frio – COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio”, com pedido de deferimento de tutela provisória para fins de suspensão do procedimento licitatório.

A Representante alega que a Companhia municipal, a despeito de ter informado a esta Corte no âmbito do processo TCE-RJ 219.119-8/22 que corrigiria os vícios suscitados no âmbito do Pregão eletrônico nº 011/2022, deliberou por deflagrar nova licitação – Pregão eletrônico nº 004/2023 – supostamente com as mesmas irregularidades e impropriedades.

Em atendimento ao previsto no Regimento Interno deste Tribunal, o presente processo foi distribuído à minha relatoria, por prevenção determinada pelo processo TCE-RJ 219.119-8/22, e, de forma a melhor formar o convencimento, em decisão monocrática datada de 04.04.2023, foi determinada a prévia oitiva do titular da COMSERCAF, assim como o posterior pronunciamento das instâncias instrutivas e do representante do Ministério Público de Contas, a saber:

1. Por **DETERMINAÇÃO À SSE** para que providencie, por meio eletrônico, nos termos regimentais, a oitiva do titular da Companhia de Serviços de Cabo Frio - CONSERCAF, franqueando-lhe o **prazo de 3 (três) dias**, e oportunizada a juntada de documentação que comprove as alegações, para que:
  - 1.1. Se manifeste a respeito dos aspectos representados, em especial esclarecendo os motivos que determinaram a decisão administrativa de relançar o Edital reproduzindo aspectos que foram impugnados em procedimento anterior que tramitou nesta Corte (processo TCE-RJ 219.119-8/22);
  - 1.2. Esclareça se houve manifestação da Companhia a respeito do recurso administrativo interposto pela ora Representante;
  - 1.3. Esclareça em que fase se encontra o certame e;
  - 1.4. Diligencie para que todas as informações relativas ao Pregão eletrônico nº 004/2023 estejam disponíveis para acesso *online*, incluindo eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações e/ou recursos, em atenção ao princípio da publicidade (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal) e às disposições da Lei de Acesso à Informação;
2. Por **ENCAMINHAMENTO** à Secretaria Geral de Controle Externo deste Tribunal, com vistas à sua distribuição à coordenadoria competente, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, analise a Representação, com posterior remessa ao douto Ministério Público de Contas, nos termos do art. 84-A, § 7º, do Regimento Interno do TCE-RJ, **observada a urgência que o caso requer**;
3. Por **COMUNICAÇÃO** à Representante, nos termos regimentais, informando-a acerca da decisão prolatada.

Advindas as respostas, em decisão monocrática de 11.05.2023 o pedido de tutela provisória foi indeferido, uma vez que ausentes os requisitos necessários à sua concessão. Além disso, deliberou-se pela expedição de novas determinações, nos seguintes termos:

1. Por **INDEFERIMENTO** da tutela provisória pleiteada, nos termos da fundamentação da presente decisão;

2. Por **DETERMINAÇÃO À SSE** para que providencie, por meio eletrônico, nos termos regimentais, a oitiva do titular da Companhia de Serviços de Cabo Frio - CONSERCAF, franqueando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, e oportunizada a juntada de documentação que comprove as alegações, para que:

2.1. Manifeste-se quanto aos aspectos impugnados, franqueando-lhe acesso à cópia da peça inicial, desde logo oportunizado ao responsável o envio de todos os elementos necessários à comprovação da adequação do procedimento licitatório ao regramento atinente à matéria;

3. Por **COMUNICAÇÃO** à Representante, nos termos regimentais, informando-a acerca da decisão prolatada.

Cientificada dos termos da aludida decisão, a sociedade empresária Porto & Porto Locação de Automóveis Ltda. opôs Recurso de Embargos de Declaração (doc. TCE-RJ n.º 011.954-6/23), conhecidos e não providos em decisão plenária de 18.09.2023.

Encaminhado o feito à CAD-Saneamento, a Coordenadoria especializada formulou a seguinte proposta de encaminhamento, constante da manifestação de 01.02.2024:

I) O **NÃO CONHECIMENTO** da presente **REPRESENTAÇÃO** por não se encontrar revestida de todos os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 109 do Regimento Interno do TCE-RJ, em especial quanto ao estabelecido em seu Parágrafo Único;

II) A **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Companhia de Serviço de Cabo Frio - COMSERCAF, na forma prevista no art. 15, I, do Regimento interno do TCE-RJ, para que tome ciência da presente decisão, bem como para que adote as seguintes **RECOMENDAÇÕES e DETERMINAÇÕES**, alertando-o de que o não atendimento às decisões plenárias desta Corte torna seus responsáveis passíveis de aplicação de multa, sendo certo que a verificação do seu cumprimento poderá ser objeto de controle externo a cargo deste Tribunal em futura auditoria governamental, considerando os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade, para que em especial nos próximos certames a serem publicados pela autarquia:

II.1) Recomendar que a Administração promova a edição de termo aditivo ao contrato nº 046/23 para fins de correção de erro material contido no quadro que integra sua Cláusula Primeira, especificamente quanto ao valor total da contratação efetuada;

II.2) Recomendar que a Administração, nos futuros certames, inclua previsão editalícia que expresse, de forma clara e transparente, o percentual de qualificação técnica a ser comprovado pelas empresas licitantes;

II.3) Determinar que a Administração, nos futuros certames, exclua qualquer previsão editalícia que contenha exigência de apresentação de documento com firma reconhecida ou cópia autenticada, em conformidade com o estabelecido no Enunciado da Súmula TCE-RJ nº 11, de 25/01/23;

II.4) Determinar que a Administração, nos futuros certames, observe as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, em especial quanto ao atendimento do previsto em seus art. 18 e art. 23, com relação aos aspectos relacionados ao dimensionamento do objeto da contratação pretendida e respectiva base de cálculo do preço

estimado; e

**II.5)** Determinar que a Administração, nos futuros certames, mantenha atualizado seu Portal da Transparência, com todas as informações relativas aos procedimentos licitatórios promovidos, inclusive eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações ou recursos, e respectivas decisões, além da(s) ata(s) da(s) sessão(ões) pública(s), para fins de atendimento adequado ao princípio da publicidade insculpido no art. 37 da Constituição Federal;

**III)** A **COMUNICAÇÃO** ao titular do Órgão Central de Controle Interno, nos termos regimentais, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o art. 53, IV, e art. 55 da Lei Complementar nº 63/190;

**IV)** A **CIÊNCIA** à Representante acerca da decisão desta Corte, nos termos do art. 110 do Regimento Interno; e

**V)** O **ARQUIVAMENTO** do presente.

O Ministério Público de Contas, devidamente representado por seu Procurador-Geral, se manifestou favoravelmente à adoção das medidas sugeridas pelo Corpo Técnico, na forma do parecer de 06.02.2024.

## **É O RELATÓRIO.**

Segundo a Representante, as irregularidades constantes do Edital de Pregão Eletrônico n.º 011/2022 e reproduzidas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 004/2023 foram as seguintes:

(i) Qualificação técnica (item 10.1): necessidade de “comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com pelo menos 15% do objeto do(s) item(ns) almejado(s), mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado”;

(ii) Exigência excessiva relativa ao seguro dos veículos (item 19.4 do Edital: Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, sendo danos materiais no valor de R\$ 80.000,00 e danos corporais no valor de R\$ 80.000,00, sem franquias e responsabilidades para o órgão CONTRATANTE e de acordo com o item 6 do Anexo I do Edital). Além disso, sinaliza que o Edital seria omissivo com relação a situações nas quais o seguro não cobre a avaria/sinistro, bem como quanto a situações de negligência, imperícia e imprudência por parte do condutor;

(iii) Previsão de prévia certificação de autenticidade dos documentos necessários à habilitação, em contrariedade com o art. 32, Lei nº 8.666/93, “uma vez que os documentos de habilitação podem ser apresentados no original, independente de autenticação, a qual, inclusive, pode ser feita por servidor da administração ou através de publicação na imprensa oficial” (item 12.1 do Edital: Após o envio de resposta à negociação – cadastrada no sistema – com o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor – será agendado o prazo de 01 (um) dia útil, para o primeiro classificado encaminhar à Comissão Permanente de Licitações, situada na Estrada Neloire, 200, Monte Alegre, na cidade de Cabo Frio/RJ, sua

documentação original “autenticada”, conforme documentação digitalizada já enviada pelo Sistema até a abertura da sessão pública, abaixo relacionada).

Com relação às respostas do Jurisdicionado (Docs. TCE-RJ 08126-8/23 e 011907-3/23), seus argumentos podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

1. a Representante não protocolizou pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital no momento oportuno, mas apenas interpôs recurso após o resultado da sessão, alegando a inexequibilidade da proposta vencedora dos itens 1, 2 e 3, o que demonstrou a sua insatisfação com o resultado da licitação.
2. A decisão administrativa que examinou o recurso administrativo foi no sentido de não conhecer o recurso por intempestivo. Por se tratar de matéria interesse público, apesar da intempestividade, foi analisado o mérito do recurso e foi comprovada a exequibilidade da proposta vencedora dos itens 1, 2 e 3 do certame. (...) Deve ser destacado o fato de que a empresa representante desistiu de prosseguir nos lances dos itens 1, 2 e 3, não demonstrando interesse em continuar a participar do certame desses objetos da licitação.
3. A orientação para a tomada de medidas cabíveis, foi prontamente acatada e as medidas foram tomadas com a reanálise do projeto nos pontos arguidos e o realinhamento no que tange aos itens, com alteração do prazo de entrega, supressão de item arguido na representação, alteração de classificação e quantitativo, entre outros tópicos. Porém a arguição da representante, de que o supracitado processo deixou claro que havia irregularidades, não coaduna com a verdade.
4. Tal alegação nunca foi sustentada por esta Douta corte de contas no processo citado (TCE/RJ nº 219.119-8/2022,), mas o representante sustenta tal afirmação na tentativa de ludibriar este órgão julgador e esconder seus próprios interesses, visto ser o detentor do atual contrato de mesmo objeto, vinculado ao pregão presencial, que gerou a ata de registro de preço nº 007/2020 no qual foi vencedor de 04 (quatro) itens. Em contrapartida, no pregão eletrônico nº 004/2023 o representante apenas logrou êxito para o fornecimento de um único item.
5. É de fundamental importância salientar que, o pregão eletrônico nº 004/2023 apresentou considerável economicidade aos cofres públicos municipais, visto que o valor de todos os itens foi inferior aos praticados na ata anterior.
6. É muito importante destacar que a empresa representante é atual contratada para locar os veículos objeto da licitação com a Autarquia representada. É óbvio que existe o interesse em procrastinar ao máximo o andamento do processo licitatório ora guerreado, tendo em vista os preços praticados no contrato em vigor estarem muito acima do valor licitado no edital do Pregão Eletrônico nº 004/2023, conforme amplamente provado.

Cumprе rememorar que, no âmbito do processo determinante da prevenção (Representação deflagrada por DH Serviços e Construções de Casimiro EIRELI – TCE-RJ 219.119-8/22), a Administração municipal, após ter sido intimada para se manifestar quanto às irregularidades deduzidas na inicial, indicou que pretendia revisar os termos do Edital de forma a *“corrigir as possíveis inadequações apresentadas, tanto pela presente Representação, quanto pelas impugnações interpostas por outras licitantes interessadas”*. Diante disso, em sessão plenária realizada em



14.09.2022, o Tribunal deliberou por arquivar o processo sem resolução de mérito, considerando a ausência do critério de oportunidade para se prosseguir com a análise do certame.

A decisão, portanto, não direcionou nenhuma determinação específica ao Jurisdicionado tampouco se pronunciou quanto ao mérito das irregularidades suscitadas pela então Representante DH Serviços e Construções de Casimiro EIRELI, pelo que, em tese, não se pode propriamente falar em descumprimento de decisão desta Corte.

Observa-se que foi conferida publicidade ao ato formal de cancelamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2022, datado de 14.02.2023, bem como que houve disponibilização do instrumento convocatório relativo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2023, cuja data de abertura estava prevista para 01.03.2023.

Consoante apontado pela unidade especializada deste Tribunal, em instrução de 27.04.2023, “a Representante participou do certame e, inclusive, foi vencedora de um dos itens. Insatisfeita com o resultado, interpôs recurso administrativo em 10/3/2023, cujo resultado foi publicado em 30/3/2023”. Em complemento, observou que “somente no dia 29/3/2023, um dia antes do resultado do recurso administrativo e quase um mês após a realização da sessão pública, foi que a Representante ingressou com a presente demanda perante esta Corte de Contas”.

No mais, apontou que as supostas exigências excessivas e omissões no Edital suscitadas pela Representante “não impediram a adjudicação do objeto à licitante que apresentou a menor proposta e venceu a fase de lances quanto aos itens 1, 2 e 3; ou seja, analisando-se o caso concreto, constata-se não ter havido prejuízo aos princípios da competitividade e da economicidade”.

Com efeito, em que pese o Corpo Técnico tenha consignado que “no sentido oposto ao afirmado pelo jurisdicionado, os itens atacados não sofreram qualquer alteração no Edital, tendo sido mantidas as restrições apontadas”, as eventuais irregularidades apontadas pela Representante não foram suficientes para obstaculizar a realização do certame, tendo sido inclusive ela declarada vencedora em um dos itens.

Desse modo, não há indícios de comprometimento da higidez do certame, uma vez que o conjunto fático probatório não aponta para a mácula de aspectos que dizem respeito ao interesse público a ensejar a atuação desta Corte de Contas, tais como a publicidade, ampla competitividade e a economicidade.

Cumpre mencionar que não constitui atribuição deste Tribunal atuar como instância revisora de decisões administrativas. Decerto, a Representação não deve ser manejada com o intuito de obter decisão para substituir as decisões administrativas e, ainda, de satisfazer interesses privados.

Sendo assim, impõe-se o não conhecimento da Representação, por configurar interesse exclusivo da Representante, na forma do parágrafo único do art. 109 do Regimento Interno. Por conseguinte, corroboro o exame empreendido pela CAD-Saneamento, ratificado pelo Ministério Público de Contas, cabendo colacionar o seguinte excerto, que passa a integrar as presentes razões de decidir:

**Análise:**

O certame decorrente do Edital do PE nº 004/23 da COMSERCAF iniciou-se em 01/03/23, como estipulado no item 3 do Edital.

Como já informado nos autos, a sociedade empresária Porto & Porto Locação de Automóveis Ltda., ora Representante, foi a empresa contratada anteriormente (através do PE nº 007/20) pela COMSERCAF para a realização de serviços similares aos previstos no Edital de PE nº 004/23.

Conforme se observa da Ata de RP nº 004/23, de 30/03/23, contida no endereço eletrônico <https://www.comsercaf.rj.gov.br/galeria/arquivos/arquivostransparencia-2023-04-28316e4c7a595a97ccc83201df23df90f1.pdf>, em consulta realizada em 22/01/24, a Representante logrou êxito em apresentar a melhor proposta para o item 4, do Edital, no valor unitário de R\$ 4.835,00 (quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais), de acordo com a tabela a seguir transcrita:

(...)

Após a realização da sessão pública, repita-se, ocorrida em 01/03/23, a Representante interpôs recurso administrativo no dia 10/03/23, tendo sido julgado improcedente pela autoridade administrativa, em 30/03/23.

Destaca-se que, na data imediatamente anterior ao resultado do recurso administrativo, a então licitante ingressou com a presente perante esta Corte de Contas.

É importante evidenciar que a fundamentação apresentada pela então licitante em seu recurso administrativo difere da fundamentação apresentada pela ora Representante.

Com relação aos questionamentos efetuados na exordial da presente, verifica-se que são pertinentes a itens constantes do Edital e respectivo Anexo (TR). Tal observação foi objeto de destaque efetuado anteriormente por esta CAD-SANEAMENTO, contido na informação de 27/04/23, da qual transcrevemos os seguintes trechos:

(...)

Como bem observado, as eventuais irregularidades apontadas na inicial deveriam ser questionadas anteriormente a realização do certame, no prazo e condições

estabelecidas no instrumento convocatório, conforme preceitua a Lei de regência do certame.

Tendo sido firmada em 30/03/23 a Ata de Registro de Preços decorrente da PE nº 004/23, a Administração da COMSERCAF celebrou, com as licitantes vencedoras, respectivamente, os contratos nº 045/2023, de 22/06/2023, disponível no endereço eletrônico <https://www.comsercaf.rj.gov.br/galeria/arquivos/arquivos-transparencia-2023-06-22dc9d95a139489d62ae30d6146606f9bb.pdf>, e nº 046/2023, de 10/10/2023, disponível no endereço eletrônico <https://www.comsercaf.rj.gov.br/galeria/arquivos/arquivos-transparencia-2023-10-109e70f5a90bf406ee1ab72bc4243803d1.pdf>, em consulta realizada em 22/01/24, transcritos parcialmente a seguir:

(...)

**Cabe ressaltar, com relação ao contrato nº 046/2023, o qual tem como contratada exatamente a Porto e Porto Locação de Automóveis Ltda., a existência de erro material, a ser corrigido pela Administração através de Termo Aditivo, com relação a coluna relativa ao valor total previsto no quadro acima transcrito, tendo em vista que ele não corresponde ao valor total consignado no instrumento contratual (unidades mês = 12) x (quantidade mensal = 2) x (valor unitário = R\$ 4.835,00).**

**Resta comprovado, portanto, que as eventuais irregularidades apontadas pela Representante não foram suficientes para obstaculizar a realização do certame, bem como a participação da própria Representante, tendo sido inclusive declarada vencedora em um dos itens.**

O próprio resultado, consignado na respectiva Ata, corrobora neste sentido, tendo em vista que foram declaradas duas licitantes vencedoras: a primeira venceu em três itens (1,2 e 3) e a segunda (a própria Representante) venceu em um item (4).

Assim, verifica-se que o interesse da Representante na presente reside tão somente em contemplar seu interesse próprio, e não o interesse público.

Tal entendimento tem amparo em diversas decisões proferidas por esta Corte, como por exemplo na decisão proferida em 09/11/20 nos autos do processo TCE-RJ nº 226.897-9/2020, da qual destacamos o seguinte trecho de sua fundamentação:

Representação não se presta a veicular o inconformismo da parte em relação à Decisão que lhe fora desfavorável, sob pena de transformá-la em mero substitutivo recursal, o que, a toda evidência, não encontra amparo na Lei Complementar Estadual nº 63/90 nem nas normas regimentais desta Corte.

Outrossim, no Processo TCE-RJ nº 221.169-0/2019, em Decisão Monocrática proferida em 05/09/19, a ilustre Conselheira Relatora Andrea Siqueira Martins reconheceu que o Tribunal de Contas não deve proteger interesses privados:

Convém assinalar, que, embora esta Corte não esteja vinculada a decisões tomadas pela Administração, a utilização de Representação não se presta à obtenção de decisão substitutiva daquela proferida em sede administrativa - fazendo desta Corte, pois, as vezes do Poder Judiciário -, tampouco satisfazer interesse ou inconformismo privado.

Naquela oportunidade, a Conselheira citou o Acórdão nº 8.071/2010 da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União (TCU), em que também é defendido que o instituto da representação não visa à tutela de interesses individuais:

(...)

**Conclusão:**

O entendimento exposto na análise acima efetuada também se encontra consignado na informação de 27/04/23 desta CAD-SANEAMENTO, motivo pelo qual entendemos ser pertinente ratificar a conclusão a seguir transcrita:

Assim, além de todo o exposto, deve-se considerar as consequências práticas da decisão, nos termos do artigo 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB). No presente caso, resta claro que a eventual anulação da integralidade ou de fases da licitação será mais prejudicial ao interesse público do que o seu prosseguimento, ainda que tenham sido identificadas pequenas impropriedades no seu edital.

Por todos os motivos expostos, entende-se que a Representação em tela não preenche os pressupostos de admissibilidade, por tratar de interesse exclusivo de particular, razão pela qual será sugerido o seu não conhecimento.

*(omissis)*

**Contudo, em razão de já ser a segunda oportunidade em que essa licitação é questionada perante este Tribunal de Contas e por se considerar existirem itens a serem retificados nos próximos editais a serem publicados pela Representada, entende-se ser oportuna a emissão de uma recomendação e duas determinações, o que se fará nos parágrafos seguintes.**

Quanto à documentação de habilitação que comprova a qualificação técnica das licitantes, embora o Termo de Referência seja anexo do Edital e sirva para especificar as disposições desse último, é de bom alvitre que sejam semelhantes, com o fim de evitar obscuridades e contradições.

Assim, recomenda-se que o edital expressamente preveja o percentual de qualificação técnica a ser comprovado pela licitante ou que expressamente remeta ao Termo de Referência, objetivando conferir transparência e clareza às disposições editalícias.

No que se refere à exigência de envio de documentação autenticada, observa-se que essa prática não encontra respaldo na legislação federal ou municipal que rege o Pregão Eletrônico, por isso, determina-se a sua exclusão nos próximos editais<sup>1</sup>;

Por fim, insta ressaltar que, embora tenha sido determinado, na Decisão Monocrática proferida em 4/4/2023, que o titular da Companhia de Serviços de Cabo Frio – CONSERCAF – diligenciasse no sentido de que todas as informações relativas ao Pregão Eletrônico nº 004/2023 estivessem disponíveis para acesso online, observa-se a ausência de publicação de algumas impugnações, além da ausência da ata da sessão pública ocorrida

<sup>1</sup> Vide artigo 43, caput e §§ 1º e 2º, c/c artigo 26, caput e §§ 3º, 4º e 5º e artigo 25 do Decreto municipal nº 6.279/2020, os quais preveem que a documentação será encaminhada exclusivamente via sistema.

em 1º/3/2023. Por essa razão, será sugerida a reiteração dessa determinação.

(grifou-se)

**Cabe tão somente retificar a informação relativa ao acréscimo de outras determinações a serem sugeridas, tendo em vista a comprovação de erro material ocorrida no contrato nº 046/23 e adequações futuras pertinentes à Lei nº 14.133/21, a serem observadas nos editais das licitações promovidas por aquela autarquia.**

(Destaques realizados no texto)

Sem prejuízo da decisão pelo não conhecimento da Representação, incluo comunicação ao Jurisdicionado para que, em procedimentos licitatórios futuros, observe (a) a inclusão de previsão editalícia que expresse, de forma clara e transparente, o percentual de qualificação técnica a ser comprovado pelas empresas licitantes; (b) exclua qualquer previsão editalícia que contenha exigência de apresentação de documento com firma reconhecida ou cópia autenticada, em conformidade com o estabelecido no Enunciado da Súmula TCE-RJ nº 11 e (c) as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, em especial quanto ao atendimento do previsto em seus art. 18 e art. 23, com relação aos aspectos relacionados ao dimensionamento do objeto da contratação pretendida e respectiva base de cálculo do preço estimado.

Por fim, com relação ao contrato nº 046/2023, o qual tem como contratada a Porto e Porto Locação de Automóveis Ltda., observou o Corpo Técnico a existência de erro material, a ser corrigido pela Administração através de Termo Aditivo, com relação à coluna relativa ao valor total previsto no quadro abaixo transcrito, tendo em vista que ele não corresponde ao valor total consignado no instrumento contratual (unidades mês = 12) x (quantidade mensal = 2) x (valor unitário = R\$ 4.835,00), o que também será objeto de comunicação:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos e utilitários sem fornecimento de condutores, sem fornecimento de combustível para atender as demandas de trâmites de pessoas autorizadas, processos, documentos e pequenas cargas entre a companhia de serviço de cabo frio – COMSERCAF e demais órgãos e entidades integrantes da prefeitura municipal de Cabo Frio, obedecendo as especificações constantes do Edital de Licitação e seus anexos, oriundos do Processo Administrativo nº 087/2022.

A empresa vencedora **PORTO E PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA**, fica obrigada a prestar os serviços descritos no edital de licitação, conforme abaixo discriminados:

Item	Unidade	Quantidade (mensal)	Descrição	Valor Unitário	Modelo	Valor Total
4	UN/MÊS (12 meses)	02	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE DUPLA COM 04 (QUATRO) PORTAS;	R\$ 4.835,00	Diversos	R\$ 48.350,00

Isto posto, posiciono-me **DE ACORDO** com o Corpo Técnico e **DE ACORDO** com o douto Ministério Público de Contas,

**VOTO:**

1. Por **NÃO CONHECIMENTO** da Representação, tendo em vista que manifesta interesse exclusivo da Representante, em desrespeito aos requisitos regimentais.

2. Por **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Companhia de Serviço de Cabo Frio – COMSERCAF, nos termos regimentais, para ciência da presente decisão, bem como para que:

2.1. Observe as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

2.1.1. Promova a edição de termo aditivo ao contrato nº 046/23 para fins de correção de erro material contido no quadro que integra sua Cláusula Primeira, especificamente quanto ao valor total da contratação efetuada;

2.1.2. Inclua, em futuros certames, previsão editalícia que expresse, de forma clara e transparente, o percentual de qualificação técnica a ser comprovado pelas empresas licitantes;

2.2. Cumpra as seguintes **DETERMINAÇÕES** em certames futuros:

2.2.1. Exclua qualquer previsão editalícia que contenha exigência de apresentação de documento com firma reconhecida ou cópia autenticada, em conformidade com o estabelecido no Enunciado da Súmula TCE-RJ nº 11;

2.2.2. Observe as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, em especial quanto ao atendimento do previsto em seus art. 18 e art. 23, com relação aos aspectos relacionados ao dimensionamento do objeto da contratação pretendida e respectiva base de cálculo do preço estimado e

2.2.3. Mantenha atualizado seu Portal da Transparência, com todas as informações relativas aos procedimentos licitatórios promovidos, inclusive eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações ou recursos, e respectivas decisões, além da(s) ata(s) da(s) sessão(ões) pública(s), para fins de atendimento adequado ao princípio da publicidade insculpido no art. 37 da Constituição Federal.

3. Por **COMUNICAÇÃO** ao titular do Órgão Central de Controle Interno, nos termos regimentais, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de

---

descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o art. 53, IV, e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90.

4. Por **COMUNICAÇÃO** à Representante, nos termos regimentais, para ciência da presente decisão.

5. Por posterior **ARQUIVAMENTO** do feito.

GCSMVM,

**MARCELO VERDINI MAIA**  
**Conselheiro Substituto**